



BREVE ENSAIO SOBRE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA NO BRASIL: REFLEXÕES AO SUL DO EQUADOR¹

Brief essay on geography history in Brazil: reflections to the south of Ecuador

Breve ensayo sobre historia de geografía en Brasil: reflexiones al sur del Ecuador

Ana Karina Gomes Alencar²

RESUMO

Este artigo é dedicado à análise de alguns dos processos de construção discursiva da história da Geografia, cujo contexto se produz a partir dos centros germinais da economia capitalista e se projeta para as periferias do sistema. Para tanto, demarcamos fatos correlatos importantes, tais como a expansão comercial e marítima europeia, a colonização e a modernidade, visando compreender o estabelecimento de uma narrativa da história da ciência geográfica considerada inquestionável. Em âmbito nacional, o objeto de investigação é um dos primeiros textos publicados para contar a história da geografia brasileira, qual seja o trabalho de José Veríssimo da Costa Pereira, *Geografia no Brasil*, de 1955. Observam-se as circunstâncias de seu trabalho, considerando o próprio empenho dos geógrafos da época em construir uma narrativa legitimadora. Em seguida, apontam-se algumas críticas ao modo tradicional de escrever a história da ciência geográfica, bem como para a necessidade de construir e dar voz a outras histórias da ciência, em particular da geografia.

Palavras-chave: História, Ciência Geográfica, Geografia no Brasil.

ABSTRACT

This article is dedicated to the analysis of some of the processes of discursive construction of the history of geography, whose context is produced from the germinal centers of the capitalist economy and it is projected to the peripheries of the system. To do so, we demarcated important correlate facts, such as European commercial and maritime expansion, colonization and modernity, in order to understand the establishment of a narrative of the history of geographical science considered unquestionable. At the national level, the object of research is one of the first published texts to tell the history of Brazilian geography, namely the work of José Veríssimo da Costa Pereira, *Geography in Brazil*, 1955. The circumstances of his work are observed, considering the efforts of the geographers of the time to construct a legitimating narrative, then, some criticisms are made of the traditional way of writing the history of geographic science, as well as the need to build and give voice to other histories of science, in particular of geography.

Keywords: History, Geographical Science, Geography in Brazil.

RESUMEN

Este artículo es dedicado al análisis de algunos de los procesos de construcción discursiva de la historia de la geografía, cuyo contexto se produce a partir de los centros germinales de la economía capitalista y se proyecta hacia las periferias del sistema. Para ello, demarcamos hechos correlacionados importantes, tales como la expansión comercial y marítima europea, la colonización y la modernidad, con el objetivo de

¹ Artigo originalmente apresentado pelo(a) autor(a) como parte das exigências da disciplina Abordagens Teóricas e Metodológicas em História da Geografia no Brasil, ministrada pelo Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), no primeiro semestre de 2016.

² Pós-Graduada em Geografia Humana pelo Programa de Mestrado Interinstitucional da Universidade Regional do Cariri e da Universidade de São Paulo (MINTER URCA/USP). Professora da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Ceará. Endereço: Avenida Professor Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária, São Paulo (SP). Email: anak@usp.br.

comprender el establecimiento de una narrativa de la historia de la ciencia geográfica considerada inquestionable. En el ámbito nacional, el objeto de investigación es uno de los primeros textos publicados para contar la historia de la geografía brasileña, es decir, el trabajo de José Veríssimo de la Costa Pereira, *Geografía en Brasil*, de 1955. Se observan las circunstancias de su trabajo, considerando el propio empeño de los geógrafos de la época en construir una narrativa legitimadora, a continuación, se apuntan algunas críticas al modo tradicional de escribir la historia de la ciencia geográfica, así como para la necesidad de construir y dar voz a otras historias de la ciencia en particular de la geografía.

Palabras clave: Historia, Ciencia Geográfica, Geografía en Brasil.

INTRODUÇÃO

Apropriar-se de um saber científico é também apropriar-se da história ou das histórias possíveis dessa ciência, no nosso caso, da Geografia. Essa premissa justifica, nos currículos das graduações, a existência da disciplina “História do Pensamento Geográfico” ou “História da Geografia”. Porém, compreender os aspectos históricos da Geografia requer um exame de muito mais sensibilidade que o cumprimento de créditos, e, como a história não permanece estática, é sempre necessário reexaminá-la e reescrevê-la. Mariana Lamengo, no início de seu artigo “Dos propósitos e modos de se escrever histórias” (2013), tece uma série de indagações sobre os motivos de estudar o passado: “Legitimação do presente, refundação do passado, ressurreição dos mortos, enterro dos velhos cânones, apagamento de práticas passadas, inclusão dos *outsiders*, ou, ainda, chave para a compreensão do estado da arte atual...” (LAMENGO, 2013, p. 2). Podemos responder-lhe que é tudo isso. Ela continua mais adiante: “O sentido da história sustenta seus propósitos, que, por sua vez, alinham seus métodos. O como construir narrativas depende invariavelmente do por que construí-las (...), por conseguinte, o uso que se faz”. (LAMENGO, 2013, p. 2).

No prefácio à décima quarta edição do clássico *Geografia, pequena história crítica*, Moraes esclarece que o livro teve sua redação final em 1981, momento de grande efervescência política no Brasil, ponto crucial da história do país, e por isso foi escrito com espírito militante ([1995]2003). Ao pontuar essa questão, Moraes localiza o leitor em uma interpretação de acordo com a dinâmica histórica. Essa percepção é novamente apontada em um prefácio mais recente do mesmo livro, cujo autor explica bem a necessidade de pôr a obra “na moldura de seu tempo” (SOUSA, 2003, p. 15). O que os escritores estão a nos lembrar, cada um a seu tempo e com palavras distintas, é que o exercício de analisar a história da geografia é permanente.

CIÊNCIA, GEOGRAFIA, MODERNIDADE

Para compreendermos mais adequadamente a história da ciência geográfica ou uma de suas histórias, é preciso localizar que a institucionalização da Geografia ao *status* de saber científico consta como parte e até como arcabouço ideológico da modernidade, cuja base econômica é a expansão comercial e marítima europeia.

Tal período, iniciado no século XVI, significou, dentre outros aspectos, o início de um processo de crescente acúmulo de riquezas pilhadas do Novo Mundo, ao qual denominamos, a partir de Marx, de “acumulação primitiva do capital”. Ao cunhar essa expressão, Marx explica que essa acumulação já está completamente consolidada em quase toda a Europa Ocidental: “Na Europa Ocidental, a pátria da economia política, o processo da acumulação capitalista está consumado em maior ou em menor medida” (MARX, [1867] 2013, p. 835), porém, nas colônias, ela se encontra em curso, e os economistas políticos buscavam fórmulas para equacionar a expropriação do trabalhador, convertendo-o em assalariado (MARX, [1867] 2013, p. 838). Também é o momento em que a Europa Ocidental vai se constituindo como centro do mundo civilizado: “Esta noção de descobrimento tem sido central na construção da ideia de ciência moderna, a qual, por sua vez, tem sido fundamental na consolidação da Europa Ocidental como centro e motor da história do mundo moderno” (OLARTE, 2004, p. 2, *tradução nossa*). Ao fazer a crítica da expressão *descubrimiento*, Olarte continua mais adiante: “(...) A noção de descobrimento tem sido questionada por supor um processo unidirecional e assimétrico no qual a América e sua população aborígene se reduzem a um objeto cuja realidade depende da proeza dos europeus” (OLARTE, 2004, p. 4, *tradução nossa*).

Ao analisar a relação entre modernidade, liberalismo econômico e colonialismo, Sousa (2008) explica que o projeto liberal moderno apenas conseguiu realizar-se por sobre as cristas do colonialismo, sendo impossível compreender a existência do liberalismo ao norte sem compreender como se deu o processo colonial. Assim explica essa dinâmica: “A colonização foi um processo de negação daquilo que o liberalismo econômico apregoava, e sem o qual o liberalismo não teria economicamente se realizado”. E continua mais adiante: “Em outras palavras, o liberalismo que propunha a liberdade ao Norte, realizou-se com a escravidão ao Sul.” (SOUSA, 2008, p. 25),

Nesse sentido, casavam-se os projetos políticos de liberalismo e o projeto epistemológico de modernidade. Ao mesmo tempo que propugnavam de maneira ampla a libertação da natureza pela razão, buscavam civilizar os selvagens e barbarizar os resistentes. Ao mesmo tempo que defendiam a igualdade política de todos os povos, apoiavam-se em ideias racistas e sexistas como forma de controle, regulação e dominação. Ao mesmo tempo que faziam emergir um mundo novo e luminoso, lançavam às trevas todos os saberes e ciências daqueles que habitavam o que eles denominaram de Novo Mundo. (SOUSA, 2008, p. 25, *grifo nosso*).

É interessante observar como o desenvolvimento do que hora chamamos de ciência moderna nasce no contexto de afirmação da modernidade, da ilustração europeia, que buscou de diversas formas dar um sentido de homogeneização ao mundo:

O projeto de tornar o mundo de todo moderno se elaborou, como bem sabemos, do estabelecimento de um certo modelo de mundo. Este projeto modernizador do mundo (...) tentou realizar muitos processos de purificação, mas ele próprio é simbólico e materialmente resultante de múltiplas e multifacetadas hibridizações. O projeto, em dado momento, circunscrito na Europa e desejoso de se realizar em escala planetária, já nasce híbrido e não puro, é já resultado de um longo tempo que

mescla muitos lugares e não resultado de um ato inaugural. O que talvez seja efetivamente novo é o sentido que isso ganha, no interior de uma poderosa armadura que resulta de uma tradição inventada (...). (SOUSA, 2008, p. 21).

Olarte (2004) chama a atenção para o fato de que a ideia de descobrimento e invenção da América se deu também em paralelo a uma redescoberta e invenção da Europa. Comenta a respeito da importância da imprensa para a consolidação da cultura moderna: a preservação, mobilização e acumulação de informações. Desse modo, foi possível “domesticar” o Novo Mundo, com o compasso e a régua, números, textos e desenhos, de tal modo que o Novo Mundo se tornou, na verdade, um produto impresso, um somatório de informações sobre o papel, fáceis de mobilizar, manipular, arquivar e reproduzir. Eis, então, as circunstâncias do desenvolvimento da cartografia à época: “O poder da cartografia está precisamente em sua capacidade de acumular tempo e espaço em uma representação plana da Terra.” (OLARTE, 2004, p. 19, *tradução nossa*).

A partir da construção dessa hierarquia, civilizados e não civilizados, na qual a Europa encontra-se até hoje no centro, constituíram-se modelos de fazer ciência, criados a partir da Europa Ocidental e exportados para todo o mundo como um modelo ideal. A institucionalização da Geografia como ciência está circunscrita nesse longo processo que envolve desde a visão da Europa sobre os povos descobertos na expansão marítima à colonização que se seguiu e às transformações no modo de pensamento, que elegeu a racionalidade ilustrada europeia como a verdade sobre a natureza, as coisas e as pessoas.

Nesse sentido, epistemólogos propuseram modos de estudo das ciências e investigações sobre suas formas de desenvolvimento. Chambres (1993) nos fala sobre o modelo difusionista de ciência proposto por George Barsalla, que delimita três fases da difusão ao estabelecimento das ciências nos países periféricos: 1) contato entre os países produtores de ciência e os países de passado colonial; 2) formação de cientistas locais a partir do contato com a ciência do centro; e 3) consolidação da ciência nos países não europeus. Trata-se de um modelo que foi utilizado como base por escritores de várias nações do Novo Mundo para explicar a consolidação da institucionalização das ciências em seus respectivos países.

Xavier Polanco (1989) nos propõe uma outra compreensão, ao tecer críticas às expressões “ciência mundial” e “comunidade científica internacional”, pois, segundo seus escritos, elas servem de máscara aos processos hierárquicos de produção da ciência, e ele aponta que deva ser adequado o uso da expressão “ciência-mundo”, pois esta oferece uma negação da concepção linear do desenvolvimento em fases (POLANCO, 1989, p. 11). Ao reconhecer o eurocentrismo, não como uma tendência naturalizante que elegeu um determinado povo do processo civilizatório, mas como uma conjuntura social construída historicamente, Polanco (1989) demonstra, a partir de exemplos, o modo como determinados países europeus constituíram-se em zonas centrais de concepções e modos de fazer ciência, determinando também uma semiperiferia e uma periferia de produção científica correspondentes. Nas palavras do autor, “Nós entendemos aqui por

mundialização a disseminação das formas de organização da prática científica, dos valores intelectuais ou morais e das regras técnicas, que impuseram em toda parte o único modo de fazer, doravante, a ‘boa’ ciência a partir da Europa.” (POLANCO, 1989, p. 21, *tradução nossa*).

Bruno Lattour (2000), ao analisar o processo de acumulação de informações e conhecimentos na Europa, desmistifica ainda mais essa concepção de eurocentrismo como condição dada naturalmente, a partir de uma suposta superioridade civilizatória, quando aponta que cidades europeias, centros de poder, se constituíram como resultado, no poder colonial, no que ele chama de “centrais de cálculo” (LATTOUR, 2000, p. 368-369).

SOBRE A “GEOGRAFIA NO BRASIL” DE JOSÉ VERÍSSIMO

José Veríssimo da Costa Pereira publicou no ano de 1955 um documento importante para a nossa historiografia. No texto ‘Geografia no Brasil’, do livro *As ciências no Brasil*, organizado por Azevedo (1955), Pereira destaca o surgimento da Geografia no Brasil na década e 1930, quando da fundação do Conselho Nacional de Geografia, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil. Antes disto, o autor faz uma longa descrição do que poderíamos chamar de uma pré-institucionalidade ou pré-história da Geografia no Brasil.

O texto encontra-se dividido em quatro partes. Na breve introdução, Pereira (1955) destaca que, até o início do século XX, não existia ainda no país uma atmosfera adequada à construção da geografia enquanto ciência. A “Primeira Parte” faz um levantamento do desenvolvimento da Geografia na Europa e no Brasil, a partir do século XVI: o autor afirma que não seria de se esperar que, antes do início do século XIX, houvesse no Brasil uma ciência-geografia, mesmo porque, além de não haver no país condições de receptividade adequada, a própria Europa consolidava ainda um corpo conceitual e metodológico para a ciência Geografia. A “Segunda Parte” traz a descrição do ocorrido no século XIX, com destaque para a contribuição dos naturalistas estrangeiros bem como a atividade dos pensadores nacionais: segue-se aí um extenso relato com nomes de vários cientistas, pesquisadores, desbravadores, principalmente estrangeiros, mas também alguns nomes nacionais, que, em várias expedições, realizaram relatórios de campo e analisaram aspectos, principalmente no que diz respeito à geografia física. Nas palavras do autor, “A atividade científica do estrangeiro foi contagiante em face do ambiente de receptividade então já existente” (PEREIRA, 1955, p. 361). A “Terceira Parte” é dedicada pelo autor ao relato do desenvolvimento da Geografia no final do século XIX e início do século XX, com destaque para a formação das Comissões Geográficas e Geológicas. Não obstante, Pereira lamenta que a então produção geográfica do Brasil carece de “orientação metodológica e estrutural acorde aos progressos já atingidos pela ciência geográfica nos mais adiantados Estados da época” (PEREIRA, 1955, p. 364). Na “Quarta Parte”, fica explícito que, antes do século XX, inexistiam possibilidades de produção

geográfica científica, pois “(...) aos diletantes brasileiros faltou, por infelicidade, uma boa formação geográfica” (PEREIRA, 1955, p. 392). No entanto, já havia uma atmosfera espiritual, uma sede de saber, necessárias à eclosão da Geografia como ciência. Logo depois, celebra-se o surgimento da institucionalidade, atestada a partir da fundação do ensino universitário no país e do estabelecimento da disciplina Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Para tanto, fora imprescindível a vinda dos geógrafos franceses. Assim, é durante a década de 1930, não antes dela, que é demarcado o surgimento de uma ciência geografia no Brasil, conforme se lê abaixo:

Do exposto, quanto ao ponto de vista técnico e legal, se infere que, até o início do quarto decênio do corrente século [XX], não existiam geógrafos no Brasil, isto é, profissionais oficiais e convenientemente preparados para conseguirem, do melhor modo, auscultar, em contato com a Natureza e a Vida Humana e Social, a trama de combinações inerentes ao fato geográfico e, em escala progressiva, sentir e registrar numa síntese expressiva, viva e documentada, todo o dinamismo e a riqueza total da complexa realidade que a Geografia estuda. (PEREIRA, 1955, p. 393).

Ao fazer uma sintética análise das ideias de Pereira, devemos, antes de realizar a crítica, considerar que sua obra está situada em um contexto de entusiasmo geral com o surgimento de instituições de ensino superior no Brasil, quando os pensadores brasileiros buscavam afirmar as suas respectivas ciências. Para isso, era realmente necessário estabelecer uma narrativa que legitimasse a sua pertinência como leitura importante dos conhecimentos humanos e que ainda justificasse a sua permanência nos currículos, tanto no ensino básico como no ensino superior. Pereira conferiu essa legitimidade à Geografia, à geografia-ciência, contando-nos como este ramo do saber humano surgiu e se consolidou da Europa, ao adquirir um arcabouço teórico-metodológico consistente e, a partir disso, chegou pronta e acabada aos países periféricos — ao Brasil, por exemplo, quando este acumulou condições e demonstrou maturidade bastante para desenvolver-se cientificamente. Pereira, na verdade, está fundamentado num entendimento de noção de progresso evolutivo e linear inerente ao desenvolvimento científico. Desta compreensão, temos uma ciência verdadeira, que é a ciência produzida no centro.

Por isso, são importantes os relatos de várias iniciativas de homens de ciência europeus, grandes pensadores, portadores do mais elevado sentimento científico, que vêm ao Brasil fazer levantamentos cartográficos, geológicos, geomorfológicos, etnográficos etc. Estes homens são, na narrativa de Pereira, os pioneiros da construção de uma geografia no Brasil. Deve-se notar que não se tratava ainda de uma ciência geográfica, pois não existia no Brasil essa possibilidade: “(...) foi necessário que se criasse a atmosfera espiritual adequada à eclosão, no Brasil, da geografia como ciência.” (PEREIRA, 1955, p. 317). É interessante analisar como o autor credita o desenvolvimento da Geografia no Brasil a alguns cientistas estrangeiros: “(...) inúmeros sábios que exploraram e escreveram sobre o país” ou “A atividade científica do estrangeiro foi

contagante” (p. 361), também a alguns poucos honrados brasileiros que conseguem — a partir de uma iluminação transcendental de amor pela ciência — superar as dificuldades do fazer científico.

Para ilustrar o que hora pensamos sobre a narrativa da Geografia no Brasil apresentada por Pereira (1955), identificamos que, em todo o texto de cerca de cem páginas, apenas há referência ao gênero feminino em duas situações, que se podem considerar apenas incidentais. O primeiro é sobre a esposa, também secretária, de Louis Agassiz (chefe da expedição Thayer em 1865), a qual, anônima, o ajudou a escrever um livro, *Viagem ao Brasil*. Em outro momento, no fim da “Quarta Parte”, ainda mais discretamente, aparece, não uma mulher, mas uma instituição feminina, a “Sede Sapientiae”, em São Paulo (Pereira, 1955). Essas duas passagens do texto podem, muito mais comumente, passar sem serem percebidas pela grande maioria dos leitores, porém, podem ser um recorte possível em nossa releitura da história da ciência Geografia. Ao estudar um artigo de Gillian Rose, geógrafa inglesa, Lamengo nos apresenta os conceitos de exclusão e apagamento: “A geografia tantas vezes se definiu contra o que se insiste que não é, que escrever suas histórias sem considerar o que tem sido construído como não geografia é contar apenas metade da história” (ROSE, 1995, *apud* LAMENGO, 2013, p. 6), para mais adiante completar: “Rose (1995) aponta para a existência, e por vezes preponderância, de dinâmicas complexas que envolvem as questões de gênero, classe e raça. Mas, [...] apesar das complexidades o que segue imutável é o modo como o feminino é manifestadamente excluído” (LAMENGO, 2013, p. 6).

Mas essa é apenas uma das muitas formas possíveis de se fazer a leitura de nossa história. Neste texto, apenas apresentamos a questão.

De tudo isso, corroboramos com a proposição de Sousa (2001) no que diz respeito à necessidade de efetivar uma mudança de mentalidade, de modo a superar a noção de institucionalidade científica e que permita que a ciência geográfica seja vista a partir de cada contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Aqui nesse barco/ Ninguém quer a sua orientação /
 Não temos perspectivas / Mas o vento nos dá a direção/
 A vida que vai à deriva / É a nossa condução/
 Mas não seguimos à toa / Não seguimos à toa.”

Volte para o seu lar

(Arnaldo Antunes)

O nosso texto procura trazer um convite ao estudo das histórias da Geografia. Para esse estudo, é preciso empreender o trabalho intelectual de reescrevê-las, procurando livrar-se de ideias pré-concebidas por

nós ao longo de nossas jornadas acadêmicas. Este esforço deve considerar a produção realizada e deve ser incorporada à historiografia da disciplina, não como depositária da verdade absoluta e sacramentada, mas, ao contrário disso, como o que são: narrativas elaboradas a partir do ponto de vista de um narrador inserido em seu contexto — histórico, social, político e cultural. Isso é necessário em toda a América Latina e particularmente no Brasil.

É preciso considerar que, durante bastante tempo, os narradores da história da Geografia no Brasil, alicerçados em um discurso positivista, identificavam uma única história, em que havia uma sequência linear de desenvolvimento, partindo de um mundo autoproclamado civilizado, que se dispunha a civilizar o mundo bárbaro. Com esse discurso, foi possível justificar ideologicamente a desconsideração, e até mesmo a usurpação dos saberes dos povos do Novo Mundo, levada a cabo num processo de pilhagem de riquezas materiais e imateriais. Essa suposta superioridade de um autopressuposto centro de produção da ciência, a Europa, determinou um modelo de ciência — com teoria, métodos, procedimentos e instituições próprios — que deveria ser adotado em todo o mundo. Tal perspectiva esclarece o porquê da inexistência, até a primeira metade do século XX, pode-se dizer, de narrativas sobre histórias da Geografia no Brasil, ou do Brasil como ciência autônoma dos ditames pré-estabelecidos na Europa.

Ante o exposto, reafirma-se o sentido de reescrever histórias. É sempre necessário circunscrever o nosso fazer ciência dentro do contexto ao qual estamos inseridos, em cada uma das suas várias dimensões sociais, culturais e políticas. Devemos tornar possível, de algum modo, controlar o estudo do tempo, controlar as suas várias narrativas e os respectivos discursos subjacentes. Em nosso país, tal esforço mostra-se ainda pertinente.

REFERÊNCIAS

- CHAMBERS, D. W. Locality and Science: Myths of Centre and Periphery. In: LAFUENTE, A.; ELENA, A.; ORTEGA, M. L. (org.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madri: Doce Calles, 1993, p. 605-617.
- LAMENGO, M. Dos propósitos e modos de se escrever histórias. *Revista Terras Brasilis*, 2013. Disponível em <http://www.revues.org>. Acesso em 13 de maio de 2018.
- LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: EdUNESP, 2000.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de acumulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORAES, A. C. R. de. *Geografia: Pequena História Crítica*, 20. ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- OLARTE, M. N. La Comprensión del Nuevo Mundo: Geografía e Historia Natural en el siglo XVI. In: BONNETT, D.; CASTAÑEDA, F. (org.). *El Nuevo Mundo: Problemas y debates*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2004.
- PEREIRA, J. V. da C. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, F. (org.). *As ciências no Brasil*. v. 1. São Paulo: Melhoramentos, 1955, p. 315-412.



POLANCO, X. Une Science-Monde: la mondialization de la Science Européenne et la Création de Traditions Scientifiques Locales. *In: POLANCO, X. (dir.) Naissance et développement de la science-monde*. Paris: La Découverte/UNESCO, 1989, p. 10-53.

SOUSA NETO, M. F. de. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? *Revista Terra Livre*. São Paulo, 2001. p. 119-138.

_____. Os ventos do Norte não movem moinhos. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 28, n.2, Goiás. 2008, p. 15-32.

_____. História da Pequena Crítica em Geografia no Brasil. *In: MORAES, A. C. R. de. Geografia: Pequena História Crítica*, 20. ed. São Paulo: Annablume, 2003, p. 11-15.